

Aula 00

*Conhecimentos Pedagógicos p/
Prefeitura de Codó-MA (Professores e
Supervisor Escolar) - Pós-Edital*

Autor:
Renato Alonso

14 de Julho de 2020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
BREVE HISTÓRICO.....	6
PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	8
NATUREZA E FUNÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	14
FUNDAMENTOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	19
PEDAGOGIA TRADICIONAL	19
PEDAGOGIA RENOVADA.....	20
PEDAGOGIA TECNICISTA.....	21
PEDAGOGIA MARCADA CENTRALMENTE POR PREOCUPAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS	22
APRENDER E ENSINAR, CONSTRUIR E INTERAGIR.....	26
ORGANIZAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	29
A organização da escolaridade em ciclos	30
ÁREAS E TEMAS TRANSVERSAIS.....	33
OBJETIVOS	35
CONTEÚDOS	36
AVALIAÇÃO.....	40
Critérios de avaliação	44
As avaliações oficiais: boletins e diplomas	44
ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS	45
AUTONOMIA.....	46
DIVERSIDADE	47
INTERAÇÃO E COOPERAÇÃO.....	47
DISPONIBILIDADE PARA A APRENDIZAGEM	49
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO.....	51
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	51
SELEÇÃO DE MATERIAL.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
LISTA DE QUESTÕES ABORDADAS NA AULA	54
GABARITO.....	65



PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

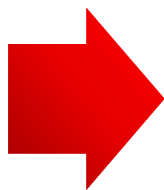
INTRODUÇÃO

Os **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)** constituem um **referencial** de qualidade **NÃO obrigatório** para o **Ensino Fundamental (EF)** e **Ensino Médio (EM)** e que têm por finalidade nortear as atividades realizadas na sala de aula, orientando os professores em relação ao cotidiano escolar e os conteúdos que devem ser trabalhados. Os PCNs explicam que os currículos e conteúdos não devem ser trabalhados apenas como **transmissão de conhecimentos**, mas também como **práticas pedagógicas** que contribuam para a aprendizagem dos alunos.



TOME NOTA!

PCNs



Referencial de qualidade NÃO obrigatório para EF e EM

Por sua natureza aberta, os PCNs **configuram** uma **proposta flexível**, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. **Não configuram**, portanto, um **modelo curricular homogêneo e impositivo**, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas.

PCNs

- **CONFIGURAM** uma proposta flexível
- **NÃO CONFIGURAM** um modelo curricular homogêneo e impositivo



O conjunto das proposições expressas nos PCNs responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, **respeitadas as diversidades** culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, **no processo de construção da cidadania**, tendo como meta o ideal de uma **crescente igualdade de direitos entre os cidadãos**, baseado nos princípios democráticos.

Importante destacar que mesmo com o surgimento, em 2017, da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, os PCNs não perderam suas validades. A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina os conhecimentos essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem aprender, ano a ano, independentemente da região ou cultura. Todos os currículos de redes públicas e particulares do país deverão conter, **obrigatoriamente**, os conteúdos previstos na BNCC. A BNCC tem por objetivo diminuir as desigualdades de aprendizado, onde todos os alunos terão a mesma oportunidade de aprender o que é fundamental.

Muitos se confundem em compreender a diferença entre a BNCC e os PCNs. A BNCC é mais específica do que os PCNs, determinando com mais clareza os objetivos de aprendizagem **de cada ano escolar**. Enquanto a BNCC é obrigatória em todos os currículos de todas as redes do país, públicas e particulares, os PCNs, que devem continuar existindo, são apenas documentos orientadores não obrigatórios.



Questão 1: 2017/FAFIPA/ Pref Bandeirantes PR/Prof Bandeirantes - 20 Horas (ADAPTADA)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, é CORRETO afirmar que:

- a) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um documento importante somente para os diretores de escolas particulares.
- b) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para todo o país.
- c) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um planejamento educacional e social para o Ensino Superior de todo o mundo.
- d) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um padrão de comportamento no Ensino Fundamental em todo o país.



Comentários:

Os PCN constituem um referencial de qualidade aplicável em todo o país. Gabarito é a letra B.

Questão 2: 2016/FUNDEP - PEB (Uberaba)/Pref Uberaba/Professor da Educação Básica (das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil

Além de conter uma exposição sobre seus fundamentos, os Parâmetros Curriculares Nacionais contêm os diferentes elementos curriculares – tais como Caracterização das Áreas, Objetivos, Organização dos Conteúdos, Critérios de Avaliação e Orientações Didáticas –, efetivando uma proposta articuladora dos propósitos mais gerais de formação de cidadania, com sua operacionalização no processo de aprendizagem.

Destarte, considerando a natureza e a função dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é CORRETO afirmar:

- a) Por sua natureza, os Parâmetros Curriculares Nacionais independem de adaptações para a construção do currículo de uma secretaria ou mesmo de uma escola.
- b) Apesar de apresentar uma estrutura curricular completa, os Parâmetros Curriculares Nacionais são abertos e flexíveis.
- c) Também pela sua natureza, os Parâmetros Curriculares Nacionais se impõem como uma diretriz obrigatória.
- d) Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão situados historicamente, contudo, sua validade independe de estarem em consonância com a realidade social.

Comentários:

Apesar da grande estrutura dos PCNs, estes são abertos e flexíveis. Gabarito é a letra B.

Questão 3: 2018/FCC/CLDF/Con Leg - Educação, Cultura e Desporto

Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no quadro das mudanças provocadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é correto afirmar que os PCNs:

- a) deixam de ser obrigatórios por conflitarem com a Base, sendo substituídos pela BNCC.
- b) tiveram as expectativas de aprendizagem substituídas por direitos de aprendizagem na BNCC.



- c) perderam sua função no momento da edição das Diretrizes Curriculares Nacionais.
- d) não são tornados inválidos pela BNCC, permanecendo documentos orientadores.
- e) foram automaticamente revogados pela Portaria MEC nº 1.570 que aprova a BNCC.

Comentários:

Conforme acabamos de estudar, a BNCC publicada em 2017 não invalidou os PCNs. Gabarito é a letra D.

Questão 4: 2016/CONSULTEC/ Pref Ilhéus/Prof Séries Iniciais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país.

Dado esse contexto, é correto afirmar:

- a) Na sociedade democrática, o processo educacional pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação.
- b) Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão situados historicamente e, portanto, não necessitam de um processo periódico de avaliação e revisão pelo MEC.
- c) Os Parâmetros Curriculares Nacionais não adotam a proposta de estruturação por ciclos, pelo reconhecimento de que tal proposta não permite distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem.
- d) Por sua natureza aberta, os PCN configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.
- e) O Projeto Político Pedagógico não precisa, necessariamente, estar atrelado aos preceitos dos PCN considerando-se a sua aplicabilidade restrita ao âmbito interno da escola.

Comentários:

os PCN configuram uma proposta aberta e flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Gabarito é a letra D



Questão 5: 2017/FAFIPA/Pref Bandeirantes/Prof 20 Horas

Sobre a função dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é INCORRETO afirmar que têm por objetivo:

- a) Orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional.
- b) Socializar discussões, pesquisas e recomendações.
- c) Subsidiar a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.
- d) Avaliar o currículo e a postura do profissional da educação escolar para possível contratação.

Comentários:

Os PCNs não têm por objetivo avaliar currículo de professor para possível contratação. Gabarito é a letra D.

BREVE HISTÓRICO

Até dezembro de 1996, o Ensino Fundamental e Médio (antigos 1º e 2º graus) estavam estruturados nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade obrigatória) quanto para o ensino médio (segundo grau, não obrigatório), proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Também generalizou as disposições básicas sobre o currículo, estabelecendo o **núcleo comum** obrigatório em âmbito nacional para o ensino fundamental e médio. Manteve, porém, uma **parte diversificada** a fim de contemplar as peculiaridades locais, a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos.

Coube aos Estados a formulação de propostas curriculares que serviriam de base às escolas estaduais, municipais e particulares situadas em seu território, compondo, assim, seus respectivos



sistemas de ensino. Essas propostas foram, na sua maioria, reformuladas durante os anos 80, segundo as tendências educacionais que se generalizaram nesse período.

Em 1990 o Brasil participou da **Conferência Mundial de Educação para Todos**, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Dessa conferência, assim como da **Declaração de Nova Delhi** — assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo —, resultaram posições consensuais na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, capazes de tornar universal a educação fundamental e de ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

Tendo em vista o quadro da educação no Brasil e os compromissos assumidos internacionalmente, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do **Plano Decenal de Educação para Todos** (1993-2003), concebido como um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, voltado para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, como também com a constante avaliação dos sistemas escolares, visando ao seu contínuo aprimoramento.

O **Plano Decenal de Educação**, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado **elaborar parâmetros** claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

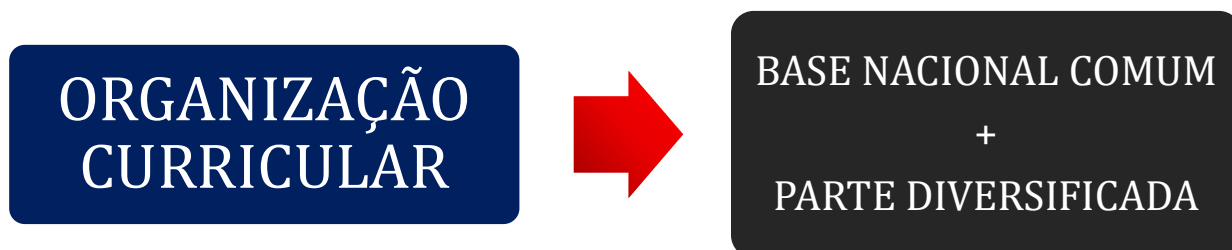
Nesse sentido, a leitura atenta do texto constitucional vigente mostra a ampliação das responsabilidades do poder público para com a educação de todos, ao mesmo tempo que a Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996, priorizou o ensino fundamental, disciplinando a participação de Estados e Municípios no tocante ao financiamento desse nível de ensino.

A nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394)**, aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos **“a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”**, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade.

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a **formação básica comum**, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus **conteúdos mínimos**, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União.



Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a **organização curricular** de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da **base nacional comum**, a ser **complementada** por uma **parte diversificada** em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal.



Em linha de síntese, pode-se afirmar que o currículo, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, deve obrigatoriamente propiciar oportunidades para o estudo da **língua portuguesa**, da **matemática**, do **mundo físico e natural** e da **realidade social e política**, enfatizando-se o conhecimento do Brasil. Também são áreas curriculares obrigatórias o ensino da **Arte** e da **Educação Física**, necessariamente integradas à proposta pedagógica. Quanto ao **ensino religioso**, sem onerar as despesas públicas, a LDB manteve a orientação já adotada pela política educacional brasileira, ou seja, **constitui disciplina dos horários normais** das escolas públicas, **mas é de matrícula facultativa**, respeitadas as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis (art. 33).

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

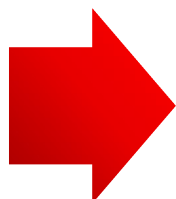
Na **sociedade democrática**, ao contrário do que ocorre nos regimes autoritários, o processo educacional **não pode ser instrumento para a imposição**, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação. Tal projeto deve resultar do próprio **processo democrático**, nas suas dimensões mais amplas, envolvendo a contraposição de diferentes interesses e a negociação política necessária para encontrar soluções para os conflitos sociais.

Para isso faz-se necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O **ensino de qualidade** que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que



considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

**ENSINO
DE
QUALIDADE**



É a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma **prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira**, que considere os interesses e as motivações dos alunos e **garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos**, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

No contexto atual, **a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente** são **temas** que ganham um novo estatuto, num universo em que os **referenciais tradicionais**, a partir dos quais **eram vistos como questões locais ou individuais**, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração.

**Referenciais
Tradicionais**

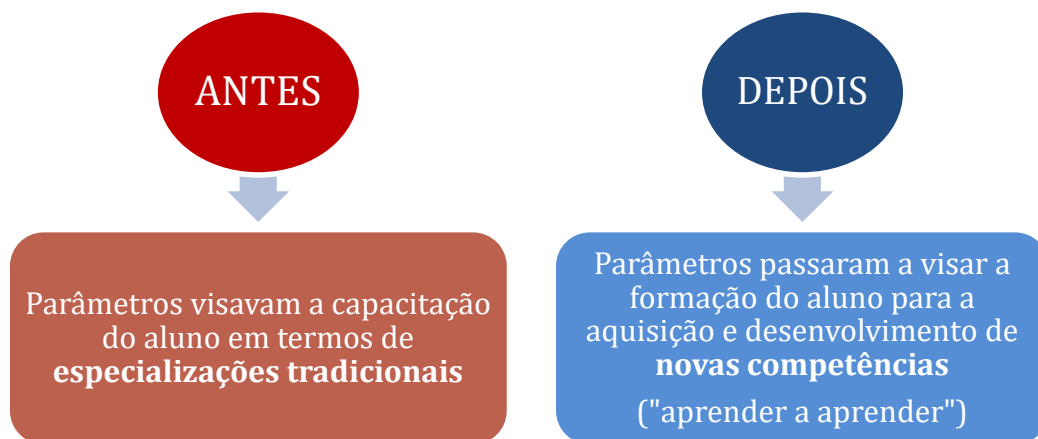
(anteriores aos PCNs)



Abordavam os temas transversais de forma local ou individual, ou seja, não tinham a dimensão nacional e até internacional que tais temas assumem no contexto atual



Importante dizer ainda que **não basta visar à capacitação** dos estudantes para futuras habilitações em termos das **especializações tradicionais**, mas antes trata-se de ter em **vista a formação** dos estudantes em termos de sua capacitação para a **aquisição e o desenvolvimento de novas competências**, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos.



Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, "**aprender a aprender**". Isso coloca novas demandas para a escola. A educação básica tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um **processo de educação permanente**.

Para tanto, é necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, sejam exploradas:

- *a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento,*
- *a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo,*
- *o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade,*
- *a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.*

Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça **não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual**, mas também, e sobretudo, do **trabalho coletivo**. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados.





Questão 6: 2018/VUNESP/ Pref Garça/Prof PEB I

O artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que o objetivo maior do ensino fundamental é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) foram formulados no sentido de organizar o currículo, com vistas à concretização desse objetivo e visando a construção de uma educação

- a) autoritária.
- b) democrática.
- c) popular.
- d) elitista.
- e) domesticadora.

Comentários:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram formulados no sentido de organizar o currículo, com vistas à concretização desse objetivo e visando a construção de uma educação DEMOCRÁTICA. Gabarito é a letra B.



Questão 7: 2012/Marinha/Quadro Técnico - Primeiro Tenente - Pedagogia

A UNESCO publicou, em 1996, o Relatório Jacques Delors, resultado dos trabalhos de uma comissão que, entre 1993 e 1996, dedicou-se a traçar as linhas orientadoras da educação mundial no século XXI. Em 1998, o Relatório Delors, como ficou mais conhecido, foi publicado no Brasil, exercendo influência nas políticas educacionais. De acordo com Saviani (2008), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) seguem a mesma orientação do Relatório Delors, na medida em que atribuem à escola o papel de

- a) promover o desenvolvimento moral dos alunos.
- b) promover o controle social e desenvolvimento moral dos alunos.
- c) ensinar um ofício, preparando o aluno para o mundo do trabalho.
- d) capacitar os alunos a aprender a aprender.
- e) promover o desenvolvimento motor dos alunos.

Comentários:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) atribuem à escola o papel de capacitar os alunos a “aprender a aprender”. Gabarito é a letra D.

Questão 8: 2017/FEPese/ Pref Tijucas

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto nos objetivos educacionais que propõem quanto na conceitualização do significado das áreas de ensino e dos temas da vida social contemporânea que devem permeá-las, adotam como eixo:

- a) A meritocracia escolar.
- b) O desenvolvimento faseológico do aluno.
- c) O desenvolvimento de capacidades do aluno.
- d) A constituição de grupos homogêneos.
- e) A maturação biológica do aluno.

Comentários:

Os PCNs têm como eixo desenvolvimento de capacidades do aluno (aprender a aprender). Gabarito é a letra C.



Questão 9: 2016/FUNDEP/Pref Uberaba/Professor da Educação Básica (das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil)

Na perspectiva dos Princípios e Fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação Básica tem a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.

Considerando os fatores necessários, no processo de ensino e aprendizagem, para que tais condições se estabeleçam, assinale V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas.

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a exclusão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento.

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade.

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada uma dinâmica de ensino que favoreça o descobrimento das potencialidades, sobretudo do trabalho individual.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F F V
- b) F V F V
- c) V V F V
- d) F V V F

Comentários:

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a ~~exclusão~~ dos limites e alcances lógicos das explicações propostas. (Errado)

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento. (Certo)

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade. (Certo)



() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada uma dinâmica de ensino que favoreça o descobrimento das potencialidades, sobretudo do trabalho individual. (Errado. O correto seria “COLETIVO”)

Gabarito é a letra D.

NATUREZA E FUNÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infraestrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir.

Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado.

Mas, na medida em que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, o que se apresenta é a necessidade de um **referencial comum para a formação escolar no Brasil**, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, **sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais**.



TOME NOTA!

A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE necessita de um referencial comum, mas que não uniformize as peculiaridades culturais e regionais

É nesse sentido que o estabelecimento de uma **referência curricular comum** para todo o País, ao **mesmo tempo que fortalece a unidade nacional** e a responsabilidade do Governo Federal com a educação, **busca garantir, também, o respeito à diversidade que é marca cultural do País**,



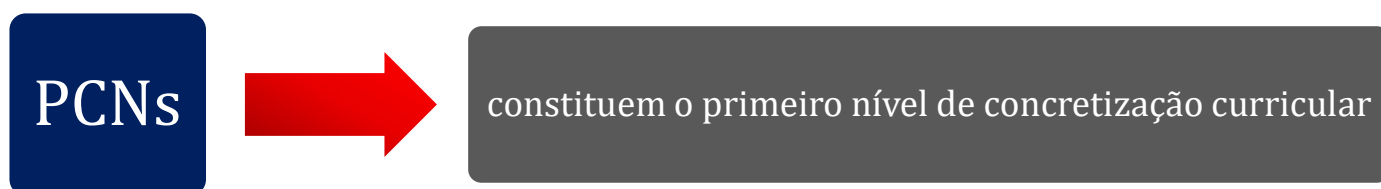
mediante a possibilidade de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional.

Para compreender a **natureza** dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é necessário situá-los em relação a **quatro níveis de concretização curricular** considerando a estrutura do sistema educacional brasileiro. **Tais níveis não representam etapas sequenciais**, mas sim amplitudes distintas da elaboração de propostas curriculares, com responsabilidades diferentes, que devem buscar uma **integração** e, ao mesmo tempo, **autonomia**.

INTEGRAÇÃO →	Busca fortalecer a unidade nacional
AUTONOMIA →	Busca respeitar as diversidades regionais e culturais

1º NÍVEL DE CONCRETIZAÇÃO CURRICULAR:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o Ensino fundamental e ensino médio; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores.



Todos os documentos apresentados nas PCNs configuram uma referência nacional em que são apontados **conteúdos** e **objetivos** articulados, critérios de eleição dos primeiros, questões de ensino e aprendizagem das áreas, que permeiam a prática educativa de forma explícita ou implícita, propostas sobre a avaliação em cada momento da escolaridade e em cada área, envolvendo questões relativas a “o que” e “como” avaliar.



Assim, os PCNs, além de conter uma exposição sobre seus fundamentos, contêm os **diferentes elementos curriculares**, tais como:

1. *Caracterização das Áreas,*
2. *Objetivos, Organização dos Conteúdos,*
3. *Critérios de Avaliação e*
4. *Orientações Didáticas*

Apesar de apresentar uma estrutura curricular completa, os Parâmetros Curriculares Nacionais são **abertos e flexíveis**, uma vez que, por sua natureza, **exigem adaptações** para a construção do currículo de uma Secretaria ou mesmo de uma escola.

Também pela sua natureza, **eles não se impõem como uma diretriz obrigatória**: o que se pretende é que ocorram adaptações, por meio do diálogo, entre estes documentos e as práticas já existentes, desde as definições dos objetivos até as orientações didáticas para a manutenção de um todo coerente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão situados historicamente — **não são princípios atemporais**. Sua validade depende de estarem em consonância com a realidade social, necessitando, portanto, de um processo periódico de avaliação e revisão, a ser coordenado pelo MEC.



TOME NOTA!

Os PCS não são princípios atemporais (fixos, que independem do tempo), pelo contrário, precisam estar em consonância com o contexto e realidade do momento, ou seja, precisam ser adaptados e, por isso, têm a característica de serem flexíveis.

2º NÍVEL DE CONCRETIZAÇÃO CURRICULAR:

O segundo nível de concretização diz respeito às propostas curriculares dos Estados e Municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais poderão ser utilizados como recurso para adaptações ou elaborações curriculares realizadas pelas Secretarias de Educação, em um processo definido pelos responsáveis em cada local.



3º NÍVEL DE CONCRETIZAÇÃO CURRICULAR:

O terceiro nível de concretização refere-se à elaboração da proposta curricular de cada instituição escolar, contextualizada na discussão de seu projeto educativo.

Entende-se por projeto educativo a expressão da identidade de cada escola em um processo dinâmico de discussão, reflexão e elaboração contínua. Esse processo deve contar com a participação de toda equipe pedagógica, buscando um comprometimento de todos com o trabalho realizado, com os propósitos discutidos e com a adequação de tal projeto às características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida.

É no âmbito do projeto educativo que professores e equipe pedagógica discutem e organizam os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação para cada ciclo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas das Secretarias devem ser vistos como materiais que subsidiarão a escola na constituição de sua proposta educacional mais geral, num processo de interlocução em que se compartilham e explicitam os valores e propósitos que orientam o trabalho educacional que se quer desenvolver e o estabelecimento do currículo capaz de atender às reais necessidades dos alunos.

4º NÍVEL DE CONCRETIZAÇÃO CURRICULAR:

O quarto nível de concretização curricular é o momento da realização da programação das atividades de ensino e aprendizagem na sala de aula.

É quando o professor, segundo as metas estabelecidas na fase de concretização anterior, faz sua programação, adequando-a àquele grupo específico de alunos.

A programação deve garantir uma distribuição planejada de aulas, distribuição dos conteúdos segundo um cronograma referencial, definição das orientações didáticas prioritárias, seleção do material a ser utilizado, planejamento de projetos e sua execução.

Apesar de a responsabilidade ser essencialmente de cada professor, é fundamental que esta seja compartilhada com a equipe da escola por meio da corresponsabilidade estabelecida no projeto educativo. Tal proposta, no entanto, exige uma política educacional que contemple a formação inicial e continuada dos professores, uma decisiva revisão das condições salariais, além da organização de uma estrutura de apoio que favoreça o desenvolvimento do trabalho (acervo de livros e obras de referência, equipe técnica para supervisão, materiais didáticos, instalações adequadas para a realização de trabalho de qualidade), aspectos que, sem dúvida, implicam a valorização da atividade do professor.





Questão 10: 2017/FEPESE/ Pref Tijuca/Monitor de Creches/2017

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

- () Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular.
- () Os PCNs são uma referência nacional para o ensino fundamental.
- () Eles estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional.
- () Os PCNs têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogar com as propostas e experiências já existentes, incentivar a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V • V • V • V
- b) V • V • V • F
- c) V • V • F • F
- d) F • V • V • V
- e) F • V • V • F

Comentários:

Todas as assertivas estão corretas. Gabarito é a letra A.



FUNDAMENTOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A TRADIÇÃO PEDAGÓGICA BRASILEIRA

A prática de todo professor, mesmo de forma inconsciente, sempre pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina sua compreensão dos papéis de professor e aluno, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados.

A discussão dessas questões é importante para que se explicitem os pressupostos pedagógicos que subjazem à atividade de ensino, na busca de coerência entre o que se pensa estar fazendo e o que realmente se faz. Tais práticas se constituem a partir das concepções educativas e metodologias de ensino que permearam a formação educacional e o percurso profissional do professor, aí incluídas suas próprias experiências escolares, suas experiências de vida, a ideologia compartilhada com seu grupo social e as tendências pedagógicas que lhe são contemporâneas.

As **tendências pedagógicas** que se firmam nas escolas brasileiras, públicas e privadas, na maioria dos casos não aparecem em forma pura, mas com características particulares, muitas vezes mesclando aspectos de mais de uma linha pedagógica. A análise das tendências pedagógicas no Brasil deixa evidente a influência dos grandes movimentos educacionais internacionais, da mesma forma que expressam as especificidades de nossa história política, social e cultural, a cada período em que são consideradas.

Pode-se identificar, na **tradição pedagógica brasileira**, a presença de **quatro grandes tendências**:

- *a tradicional,*
- *a renovada,*
- *a tecnicista*
- *e aquelas marcadas centralmente por preocupações sociais e políticas.*

Tais tendências serão sintetizadas em grandes traços que tentam recuperar os pontos mais significativos de cada uma das propostas.

PEDAGOGIA TRADICIONAL

A “**pedagogia tradicional**” é uma proposta de educação **centrada no professor**, cuja função se define como a de vigiar e aconselhar os alunos, corrigir e ensinar a matéria. A metodologia decorrente de tal concepção baseia-se na exposição oral dos conteúdos, numa sequência



predeterminada e fixa, independentemente do contexto escolar; enfatiza-se a necessidade de exercícios repetidos para garantir a memorização dos conteúdos.

A função primordial da escola, nesse modelo, é transmitir conhecimentos disciplinares para a formação geral do aluno, formação esta que o levará, ao inserir-se futuramente na sociedade, a optar por uma profissão valorizada. **Os conteúdos do ensino correspondem aos conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações passadas como verdades acabadas**, e, embora a escola vise à preparação para a vida, não busca estabelecer relação entre os conteúdos que se ensinam e os interesses dos alunos, tampouco entre esses e os problemas reais que afetam a sociedade.

Na maioria das escolas essa prática pedagógica se caracteriza por **sobrecarga de informações** que são veiculadas aos alunos, o que torna o processo de aquisição de conhecimento, para os alunos, muitas vezes burocratizado e destituído de significação. No ensino dos conteúdos, o que orienta é a organização lógica das disciplinas, o aprendizado moral, disciplinado e esforçado.

Nesse modelo, a escola se caracteriza pela **postura conservadora**. O professor é visto como a autoridade máxima, um organizador dos conteúdos e estratégias de ensino e, portanto, o guia exclusivo do processo educativo.

Pedagogia Tradicional



Valorização do professor

PEDAGOGIA RENOVADA

A “**pedagogia renovada**” é uma concepção que inclui várias correntes que, de uma forma ou de outra, estão ligadas ao movimento da **Escola Nova** ou **Escola Ativa**. Tais correntes, embora admitam divergências, assumem um mesmo princípio norteador de valorização do indivíduo como ser livre, ativo e social.

O centro da atividade escolar não é o professor nem os conteúdos disciplinares, mas sim o aluno, como ser ativo e curioso. **O mais importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem.**

Em oposição à Escola Tradicional, a Escola Nova destaca o princípio da **aprendizagem por descoberta** e estabelece que a atitude de aprendizagem parte do interesse dos alunos, que, por sua vez, aprendem fundamentalmente pela experiência, pelo que descobrem por si mesmos.



O professor é visto, então, como **facilitador** no processo de busca de conhecimento que deve partir do aluno. Cabe ao professor organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais.



PEDAGOGIA TECNICISTA

Nos anos 70 proliferou o que se chamou de “**tecnicismo educacional**”, inspirado nas teorias behavioristas da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino, que definiu uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor, com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e passível de ser totalmente programada em detalhes.

A **supervalorização da tecnologia programada** de ensino trouxe consequências: a escola se revestiu de uma grande autossuficiência, reconhecida por ela e por toda a comunidade atingida, criando assim a falsa ideia de que aprender não é algo natural do ser humano, mas que depende exclusivamente de especialistas e de técnicas. **O que é valorizado nessa perspectiva não é o professor, mas a tecnologia**; o professor passa a ser um mero especialista na aplicação de manuais e sua criatividade fica restrita aos limites possíveis e estreitos da técnica utilizada.

A **função do aluno é reduzida a um indivíduo que reage aos estímulos de forma a corresponder às respostas esperadas pela escola, para ter êxito e avançar**. Seus interesses e seu processo particular não são considerados e a atenção que recebe é para ajustar seu ritmo de aprendizagem ao programa que o professor deve implementar. Essa orientação foi dada para as escolas pelos organismos oficiais durante os anos 60, e até hoje está presente em muitos materiais didáticos com caráter estritamente técnico e instrumental.



PEDAGOGIA MARCADA CENTRALMENTE POR PREOCUPAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

No final dos anos 70 e início dos 80, a abertura política decorrente do final do regime militar coincidiu com a intensa mobilização dos educadores para buscar uma educação crítica a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas, tendo em vista a superação das desigualdades existentes no interior da sociedade.

Ao lado das denominadas teorias crítico-reprodutivistas, firma-se no meio educacional a presença da “**pedagogia libertadora**” e da “**pedagogia crítico-social dos conteúdos**”, assumida por educadores de **orientação marxista**.

A “**pedagogia libertadora**” tem suas origens nos movimentos de educação popular que ocorreram no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando foram interrompidos pelo golpe militar de 1964; teve seu desenvolvimento retomado no final dos anos 70 e início dos anos 80. **Nessa proposta, a atividade escolar pauta-se em discussões de temas sociais e políticos e em ações sobre a realidade social imediata**; analisam-se os problemas, seus fatores determinantes e organiza-se uma forma de atuação para que se possa transformar a realidade social e política. O professor é um coordenador de atividades que organiza e atua conjuntamente com os alunos.



A “**pedagogia crítico-social dos conteúdos**” que surge no final dos anos 70 e início dos 80 se põe como uma reação de alguns educadores que não aceitam a pouca relevância que a “pedagogia libertadora” dá ao aprendizado do chamado “saber elaborado”, historicamente acumulado, que constitui parte do acervo cultural da humanidade. A “**pedagogia crítico-social dos conteúdos**” assegura a **função social e política da escola** mediante o trabalho com **conhecimentos sistematizados**, a fim de colocar as classes populares em condições de uma efetiva participação nas lutas sociais.

Entende que não basta ter como conteúdo escolar as questões sociais atuais, mas que é necessário que se tenha domínio de conhecimentos, habilidades e capacidades mais amplas para que os alunos possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classe.





As tendências pedagógicas que marcam a tradição educacional brasileira e aqui foram expostas sinteticamente trazem, de maneira diferente, contribuições para uma proposta atual que busque recuperar aspectos positivos das práticas anteriores em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem, realizando uma releitura dessas práticas à luz dos avanços ocorridos nas produções teóricas, nas investigações e em fatos que se tornaram observáveis nas experiências educativas mais recentes realizadas em diferentes Estados e Municípios do Brasil.

No final dos anos 70, pode-se dizer que havia no Brasil, entre as tendências didáticas de vanguarda, aquelas que tinham um viés mais **psicológico** e outras cujo viés era mais **sociológico e político**; a partir dos anos 80 surge com maior evidência um movimento que pretende a **integração entre essas abordagens**.

Se por um lado não é mais possível deixar de se ter preocupações com o domínio de conhecimentos formais para a participação crítica na sociedade, considera-se também que é necessária uma adequação pedagógica às características de um aluno que pensa, de um professor que sabe e aos conteúdos de valor social e formativo. Esse momento se caracteriza pelo **ênfase centrado no caráter social** do processo de ensino e aprendizagem e é marcado pela influência da **psicologia genética**.

O **ênfase social** dado aos processos de ensino e aprendizagem traz para a discussão pedagógica aspectos de extrema relevância, em particular no que se refere à maneira como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, à importância da relação interpessoal nesse processo, à relação entre cultura e educação e ao papel da ação educativa ajustada às situações de



aprendizagem e às características da atividade mental construtiva do aluno em cada momento de sua escolaridade.

A **psicologia genética** propiciou aprofundar a compreensão sobre o processo de desenvolvimento na construção do conhecimento. Compreender os mecanismos pelos quais as crianças constroem representações internas de conhecimentos construídos socialmente, em uma perspectiva psicogenética, traz uma contribuição para além das descrições dos grandes estágios de desenvolvimento.

A pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita chegou ao Brasil em meados dos anos 80 e causou grande impacto, revolucionando o ensino da língua nas séries iniciais e, ao mesmo tempo, provocando uma revisão do tratamento dado ao ensino e à aprendizagem em outras áreas do conhecimento.

Essa investigação evidencia a **atividade construtiva do aluno sobre a língua escrita**, objeto de conhecimento reconhecidamente escolar, mostrando a presença importante dos conhecimentos específicos sobre a escrita que a criança já tem, os quais, embora não coincidam com os dos adultos, têm sentido para ela.

A metodologia utilizada nessas pesquisas foi muitas vezes interpretada como uma proposta de pedagogia construtivista para alfabetização, o que expressa um duplo equívoco: redução do construtivismo a uma teoria psicogenética de aquisição de língua escrita e transformação de uma investigação acadêmica em método de ensino.

Com esses equívocos, **difundiram-se, sob o rótulo de pedagogia construtivista, as ideias de que não se devem corrigir os erros e de que as crianças aprendem fazendo “do seu jeito”**. Essa pedagogia, **dita construtivista**, trouxe sérios problemas ao processo de ensino e aprendizagem, pois desconsidera a função primordial da escola que é ensinar, intervindo para que os alunos aprendam o que, sozinhos, não têm condições de aprender.

A orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece a importância da **participação construtiva do aluno** e, ao mesmo tempo, **da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos** que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo.



TOME NOTA!

PCNs → PARTICIPAÇÃO CONSTRUTIVA DO ALUNO + INTERVENÇÃO DO PROFESSOR



Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é “acabado”, o que se propõe é uma **visão da complexidade** e da **provisoriedade** do conhecimento. De um lado, porque o objeto de conhecimento é “complexo” de fato e reduzi-lo seria falsificá-lo; de outro, porque o processo cognitivo não acontece por justaposição, senão por reorganização do conhecimento. É também “provisório”, uma vez que não é possível chegar de imediato ao conhecimento correto, mas somente por aproximações sucessivas que permitem sua reconstrução.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto nos objetivos educacionais que propõem quanto na conceitualização do significado das áreas de ensino e dos temas da vida social contemporânea que devem permeá-las, adotam como eixo o desenvolvimento de capacidades do aluno, processo em que os **conteúdos curriculares atuam não como fins em si mesmos, mas como meios para a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades**. Nesse sentido, o que se tem em vista é que o **aluno possa ser sujeito de sua própria formação**, em um complexo processo interativo em que também o professor se veja como sujeito de conhecimento.



Questão 11: 2017/FAFIPA/Pref Bandeirantes/ Prof 20 Horas

Em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais, uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor, com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida é passível de ser totalmente programada em detalhes. A supervalorização da tecnologia programada de ensino trouxe consequências e, nessa perspectiva, o professor não é valorizado, mas sim a tecnologia. A função do aluno é reduzida a um indivíduo que reage aos estímulos de forma a corresponder às respostas esperadas pela escola, para ter êxito e avançar. Essas características fazem parte de qual tendência pedagógica?

- a) Tendência pedagógica renovada.
- b) Tendência pedagógica crítica.
- c) Tendência pedagógica tecnicista.
- d) Tendência pedagógica libertadora.

Comentários:

Tendência pedagógica centrada na tecnologia e a tecnicista. Gabarito é a letra C.



Questão 12: 2009/Aeronáutica/Primeiro Tenente - Pedagogia

Informe se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma abaixo e a seguir, assinale a opção com a sequência correta.

De acordo com os PCNs:

- () Há uma profunda estratificação social na realidade brasileira e uma injusta distribuição de renda.
- () O domínio da língua falada e escrita e os princípios da reflexão matemática, são alguns dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social.
- () É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social.
- () Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.
- a) V – V – V – F.
b) V – F – F – V.
c) F – V – V – F.
d) V – V – V – V.

Comentários:

Todas as alternativas estão corretas. Gabarito é a letra D.

APRENDER E ENSINAR, CONSTRUIR E INTERAGIR

Por muito tempo a pedagogia **focou o processo de ensino no professor**, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. **O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem**, criou seus próprios métodos e o **processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano**.

Hoje sabe-se que é necessário **ressignificar a unidade entre aprendizagem e ensino**, uma vez que, em última instância, sem aprendizagem o ensino não se realiza. A busca de um marco explicativo



que permita essa resignificação, além da criação de novos instrumentos de análise, planejamento e condução da ação educativa na escola, tem se situado, atualmente, para muitos dos teóricos da educação, dentro da **perspectiva construtivista**.

PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

A perspectiva construtivista na educação é configurada por uma série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana que se complementam, integrando um conjunto orientado a analisar, compreender e explicar os processos escolares de ensino e aprendizagem.

A configuração do marco explicativo construtivista para os processos de educação escolar deu-se, entre outras influências, a partir **da psicologia genética, da teoria sociointeracionista e das explicações da atividade significativa**. Vários autores partiram dessas ideias para desenvolver e conceitualizar as várias dimensões envolvidas na educação escolar, trazendo inegáveis contribuições à teoria e à prática educativa.

O núcleo central da integração de todas essas contribuições refere-se ao reconhecimento da importância da **atividade mental construtiva nos processos de aquisição de conhecimento**. Daí o **termo construtivismo, denominando essa convergência**.

Assim, **o conhecimento não é visto como algo situado fora do indivíduo**, a ser adquirido por meio de cópia do real, tampouco como algo que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais indivíduos e de suas próprias capacidades pessoais. É, antes de mais nada, **uma construção histórica e social**, na qual interferem fatores de ordem cultural e psicológica.

A atividade construtiva, física ou mental, permite interpretar a realidade e construir significados, ao mesmo tempo que permite construir novas possibilidades de ação e de conhecimento. Nesse processo de interação com o objeto a ser conhecido, o sujeito constrói representações, que funcionam como verdadeiras explicações e se orientam por uma lógica interna que, por mais que possa parecer incoerente aos olhos de um outro, faz sentido para o sujeito.

As **ideias “equivocadas”**, ou seja, **construídas e transformadas ao longo do desenvolvimento**, fruto de aproximações sucessivas, são expressão de uma construção inteligente por parte do sujeito e, portanto, interpretadas como **erros construtivos**.

A tradição escolar — que não faz diferença entre erros integrantes do processo de aprendizagem e simples enganos ou desconhecimentos — **trabalha com a ideia de que a ausência de erros na tarefa escolar é a manifestação da aprendizagem**.



Hoje, graças ao avanço da investigação científica na área da aprendizagem, **tornou-se possível interpretar o erro como algo inerente ao processo de aprendizagem** e ajustar a intervenção pedagógica para ajudar a superá-lo. A superação do erro é resultado do processo de incorporação de novas ideias e de transformação das anteriores, de maneira a dar conta das contradições que se apresentarem ao sujeito para, assim, alcançar níveis superiores de conhecimento.

O que o aluno pode aprender em determinado momento da escolaridade depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e do ensino que recebe. Isto é, a intervenção pedagógica deve-se ajustar ao que os alunos conseguem realizar em cada momento de sua aprendizagem, para se constituir verdadeira ajuda educativa.

O conhecimento é resultado de um complexo e intrincado processo de modificação, reorganização e construção, utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos escolares. Por mais que o professor, os companheiros de classe e os materiais didáticos possam, e devam, contribuir para que a aprendizagem se realize, nada pode substituir a atuação do próprio aluno na tarefa de construir significados sobre os conteúdos da aprendizagem. É ele quem modifica, enriquece e, portanto, constrói novos e mais potentes instrumentos de ação e interpretação.

Mas o desencadeamento da atividade mental construtiva **não é suficiente** para que a educação escolar alcance os objetivos a que se propõe: que as aprendizagens estejam compatíveis com o que significam socialmente. O processo de atribuição de sentido aos conteúdos escolares é, portanto, individual; porém, é também cultural na medida em que os significados construídos remetem a formas e saberes socialmente estruturados.

Conceber o processo de aprendizagem como propriedade do sujeito não implica desvalorizar o papel determinante da interação com o meio social e, particularmente, com a escola. Ao contrário, situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais os alunos e professores atuam como corresponsáveis, ambos com uma influência decisiva para o êxito do processo.

A abordagem construtivista integra, num único esquema explicativo, questões relativas ao desenvolvimento individual e à pertinência cultural, à construção de conhecimentos e à interação social. Considera o desenvolvimento pessoal como o processo mediante o qual o ser humano assume a cultura do grupo social a que pertence. Processo no qual o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem da experiência humana culturalmente organizada, ou seja, socialmente produzida e historicamente acumulada, não se excluem nem se confundem, mas interagem. Daí a importância das interações entre crianças e destas com parceiros experientes, dentre os quais destacam-se professores e outros agentes educativos.



O conceito de **aprendizagem significativa**, central na perspectiva construtivista, implica, necessariamente, o trabalho simbólico de “significar” a parcela da realidade que se conhece. As aprendizagens que os alunos realizam na escola serão significativas à medida que conseguirem estabelecer relações substantivas e não-arbitrárias entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos por eles, num processo de articulação de novos significados.

Cabe ao **educador, por meio da intervenção pedagógica, promover a realização de aprendizagens com o maior grau de significado possível**, uma vez que esta nunca é absoluta — sempre é possível estabelecer alguma relação entre o que se pretende conhecer e as possibilidades de observação, reflexão e informação que o sujeito já possui.

A aprendizagem significativa implica sempre alguma ousadia: diante do problema posto, o aluno precisa elaborar hipóteses e experimentá-las. Fatores e processos afetivos, motivacionais e relacionais são importantes nesse momento. Os conhecimentos gerados na história pessoal e educativa têm um papel determinante na expectativa que o aluno tem da escola, do professor e de si mesmo, nas suas motivações e interesses, em seu autoconceito e em sua autoestima. Assim como os significados construídos pelo aluno estão destinados a ser substituídos por outros no transcurso das atividades, as representações que o aluno tem de si e de seu processo de aprendizagem também.

É fundamental, portanto, que a **intervenção educativa escolar** propicie um desenvolvimento em direção à disponibilidade exigida pela aprendizagem significativa. Se a aprendizagem for uma experiência de sucesso, o aluno constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz. Se, ao contrário, for uma experiência de fracasso, o ato de aprender tenderá a se transformar em ameaça, e a ousadia necessária se transformará em medo, para o qual a defesa possível é a manifestação de desinteresse.

É preciso manter a boa qualidade do vínculo com o conhecimento e não o destruir pelo fracasso reiterado. Garantir experiências de sucesso não significa omitir ou disfarçar o fracasso; ao contrário, significa conseguir realizar a tarefa a que se propôs. Relaciona-se, portanto, com propostas e intervenções pedagógicas adequadas.

ORGANIZAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, optou-se por um tratamento específico das áreas, em função da importância instrumental de cada uma, mas contemplou-se também a integração entre



elas. Quanto às questões sociais relevantes, reafirma-se a necessidade de sua problematização e análise, incorporando-as como temas transversais. As questões sociais abordadas são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. Quanto ao modo de incorporação desses temas no currículo, propõe-se um **tratamento transversal**, tendência que se manifesta em algumas experiências nacionais e internacionais, em que as questões sociais se integram na própria concepção teórica das áreas e de seus componentes curriculares.

A avaliação é considerada como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de autorregulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. **A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar. A opção de organização da escolaridade em ciclos, tendência predominante nas propostas mais atuais, é referendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.** A organização em ciclos é uma tentativa de superar a segmentação excessiva produzida pelo **regime seriado** e de buscar princípios de ordenação que possibilitem maior integração do conhecimento. Os componentes curriculares foram formulados a partir da análise da experiência educacional acumulada em todo o território nacional. Pautaram-se, também, pela análise das tendências mais atuais de investigação científica, a fim de poderem expressar um avanço na discussão em torno da busca de qualidade de ensino e aprendizagem.



TOME NOTA!

OS PCNs priorizam a organização escolar em CICLOS, e não em séries.

A organização da escolaridade em ciclos

Na década de 80, vários Estados e Municípios reestruturaram o ensino fundamental a partir das séries iniciais. Esse processo de reorganização, que tinha como objetivo político minimizar o problema da **repetência e da evasão escolar**, adotou como princípio norteador a **flexibilização da seriação**, o que abriria a possibilidade de o currículo ser trabalhado ao longo de um período de tempo maior e permitiria respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem que os alunos apresentam.

Desse modo, **a seriação inicial deu lugar ao ciclo** básico com a duração de dois anos, tendo como objetivo propiciar maiores oportunidades de escolarização voltada para a alfabetização efetiva das crianças. As experiências, ainda que tenham apresentado problemas estruturais e necessidades de ajustes da prática, acabaram por mostrar que a organização por ciclos contribui efetivamente para a superação dos problemas do desenvolvimento escolar.



Os Parâmetros Curriculares Nacionais adotam a proposta de estruturação **por ciclos**, pelo reconhecimento de que tal proposta permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem. Além disso, favorece uma apresentação menos parcelada do conhecimento e possibilita as aproximações sucessivas necessárias para que os alunos se apropriem dos complexos saberes que se intenciona transmitir.

Sabe-se que, fora da escola, os alunos **não têm** as mesmas oportunidades de acesso a certos objetos de conhecimento que fazem parte do repertório escolar. Sabe-se também que isso influencia o modo e o processo como atribuirão significados aos objetos de conhecimento na situação escolar: alguns alunos poderão estar mais avançados na reconstrução de significados do que outros. Ao se falar em ritmos diferentes de aprendizagem, é preciso cuidado para não incorrer em mal-entendidos perigosos. Uma vez que não há uma definição precisa e clara de quais seriam esses ritmos, os educadores podem ser levados a rotular alguns alunos como mais lentos que outros, estigmatizando aqueles que estão se iniciando na interação com os objetos de conhecimento escolar.

No caso da aprendizagem da língua escrita, por exemplo, se um aluno ingressa na primeira série sabendo escrever alfabeticamente, isso se explica porque seu ritmo é mais rápido ou porque teve múltiplas oportunidades de atuar como leitor e escritor? Se outros ingressam sem saber sequer como se pega um livro, é porque são lentos ou porque estão interagindo pela primeira vez com os objetos com que os outros interatuam desde que nasceram? E, no caso desta última hipótese, por mais rápidos que possam ser, será que poderão em alguns dias percorrer o caminho que outros realizaram em anos?

Outras vezes, o que se interpreta como “lentidão” é a expressão de dificuldades relacionadas a um sentimento de incapacidade para a aprendizagem que chega a causar bloqueios nesse processo. É fundamental que se considerem esses aspectos e é necessário que o professor possa intervir para alterar as situações desfavoráveis ao aluno. Em suma, o que acontece é que cada aluno tem, habitualmente, desempenhos muito diferentes na relação com objetos de conhecimento diferentes e a prática escolar tem buscado incorporar essa diversidade de modo a garantir respeito aos alunos e a criar condições para que possam progredir nas suas aprendizagens.

A adoção de **ciclos**, pela flexibilidade que permite, possibilita trabalhar melhor com as diferenças e está plenamente coerente com os fundamentos psicopedagógicos, com a concepção de conhecimento e da função da escola que estão explicitados no item Fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Vale ressaltar que para o processo de ensino e aprendizagem se desenvolver com sucesso **não basta flexibilizar o tempo**: dispor de mais tempo sem uma intervenção efetiva para garantir melhores condições de aprendizagem pode apenas adiar o problema e perpetuar o sentimento negativo de autoestima do aluno, consagrando, da mesma forma, o fracasso da escola.



A lógica da opção por ciclos consiste em evitar que o processo de aprendizagem tenha obstáculos inúteis, desnecessários e nocivos. Portanto, é preciso que a equipe pedagógica das escolas se corresponsabilize com o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Para a concretização dos ciclos como modalidade organizativa, é necessário que se criem condições institucionais que permitam destinar espaço e tempo à realização de reuniões de professores, para discutir os diferentes aspectos do processo educacional. Ao se considerar que dois ou três anos de escolaridade pertencem a um único ciclo de ensino e aprendizagem, podem-se definir objetivos e práticas educativas que permitam aos alunos avançar continuamente na concretização das metas do ciclo.

A organização por ciclos tende a evitar as frequentes rupturas e a excessiva fragmentação do percurso escolar, assegurando a continuidade do processo educativo, dentro do ciclo e na passagem de um ciclo ao outro, ao permitir que os professores realizem adaptações sucessivas da ação pedagógica às diferentes necessidades dos alunos, sem que deixem de orientar sua prática pelas expectativas de aprendizagem referentes ao período em questão.



Questão 13: 2017/CESPE/Pref SL/Prof 1º ao 5º ano

No que se refere à organização curricular dos anos iniciais do ensino fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

- a) propõem a eliminação da cultura de reprovação nas escolas que assumirem a perspectiva de ciclos.
- b) orientam a implantação de ciclos em todas as escolas brasileiras desde o final dos anos 90 do século passado.
- c) dispõem que sejam destinados mais recursos financeiros às escolas que adotarem a perspectiva de ciclos.
- d) exigem das escolas que aderirem à organização curricular em ciclos mudanças em seus procedimentos metodológicos.
- e) fixam a proposta de avaliação de aprendizagem das escolas que adotarem a proposta de ciclos.



Comentários:

Os PCNs orientam a implantação de CICLOS em todas as escolas brasileiras. Gabarito é a letra B.

ÁREAS E TEMAS TRANSVERSAIS

Os PCNs também tratam do áreas e temas transversais. Conforme já mencionado nesta aula, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, optou-se por um tratamento específico das áreas, em função da importância instrumental de cada uma, mas contemplou-se também a integração entre elas. Quanto às questões sociais relevantes, reafirma-se a necessidade de sua problematização e análise, incorporando-as como temas transversais. As questões sociais abordadas são: **ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e, ainda, temas locais.** Quanto ao modo de incorporação desses temas no currículo, propõe-se um tratamento transversal, tendência que se manifesta em algumas experiências nacionais e internacionais, em que as questões sociais se integram na própria concepção teórica das áreas e de seus componentes curriculares.

As diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais **constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo**, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das capacidades expressas nos objetivos gerais.

O tratamento da área e de seus conteúdos integra **uma série de conhecimentos de diferentes disciplinas**, que contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos. A concepção da área evidencia a natureza dos conteúdos tratados, definindo claramente o corpo de conhecimentos e o objeto de aprendizagem, favorecendo aos alunos a construção de representações sobre o que estudam. Essa caracterização da área é importante também para que os professores possam se situar dentro de um conjunto definido e conceitualizado de conhecimentos que pretendam que seus alunos aprendam, condição necessária para proceder a encaminhamentos que auxiliem as aprendizagens com sucesso.



Questão 14: 2018/ IESES/ Pref Palhoça/Prof Nível Médio Artes

Começou a ser abordada no Brasil a partir da Lei Nº 5.692/71. Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se tornado mais presente e, recentemente, mais ainda, com a nova Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96 e com os Parâmetros. Além da sua grande



influência na legislação e nas propostas curriculares, o termo tornou-se cada vez mais presente no discurso e na prática de professores.

Oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento, em busca do ser como pessoa integral. Visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

Nos referimos a:

- a) Sustentabilidade.
- b) Igualdade de Gênero.
- c) Temas Transversais.
- d) Interdisciplinaridade.

Comentários:

A questão trata dos temas transversais. Muitos costumam se confundir com os conceitos de Transversal e Interdisciplinar. Temas transversais são temas que “atravessam” diversas disciplinas, etapas e níveis escolares, com assuntos que superam (rompem) os limites da disciplina, como por exemplo, temas relacionados ao meio ambiente, orientação sexual, etc. Já a interdisciplinaridade tem relação com interligação entre 2 ou mais disciplinas. Por exemplo, ocorre a interdisciplinaridade quando as matérias de química e de física abordam concomitantemente o tema “ÁGUA”, onde uma explica a formação molecular e a outra o ponto de ebulição e congelamento. Gabarito é a letra C

Questão 15: 2017/FGV/MPE BA/Pedagogia

Em uma reunião Pedagógica, Alessandra, diretora da escola, comunica aos professores que há um surto de Doença de Chagas na região.

Avisa, então, aos professores, que o trabalho com os seus alunos sobre o tema é, como prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), obrigatório e interdisciplinar, e deve ser incluído nos temas transversais, especificamente em Meio Ambiente, Saúde e Temas Locais.

À luz dos PCNs, NÃO há:

- a) nos Parâmetros Curriculares Nacionais o tema transversal denominado “Temas Locais”, portanto, o assunto será trabalhado somente em Meio Ambiente e Saúde;
- b) previsão de interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares Nacionais, portanto os professores podem trabalhar os temas individualmente;



- c) previsão nos Parâmetros Curriculares Nacionais para este tipo de temática, devendo ele, portanto, ser trabalhado pela professora de ciências;
- d) obrigatoriedade de implementação das diretrizes contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo assim, a escola possui autonomia para trabalhar ou não o tema da forma que melhor lhe convier;
- e) possibilidade de discussão democrática em torno da temática, em virtude da obrigatoriedade prevista nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Comentários:

NÃO HÁ obrigatoriedade de implementação das diretrizes contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo assim, a escola possui autonomia para trabalhar ou não o tema da forma que melhor lhe convier. Gabarito é a letra D.

Questão 16: 2016/CESPE/TCE-PA/Aud Educacional

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue o item subsecutivo.

A proposta de temas transversais deve se inserir na grade curricular comum por meio da criação de disciplinas específicas voltadas a atender as demandas da sociedade contemporânea, sobretudo as metas educativas relativas à formação da cidadania.

() Certo () Errado

Comentários:

Os temas transversais não são disciplinas específicas, devendo constar “transversalmente” nas disciplinas já existentes.

Gabarito é ERRADO.

OBJETIVOS

Os objetivos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais concretizam as intenções educativas em termos de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da



escolaridade. A decisão de definir os objetivos educacionais em termos de capacidades é crucial nesta proposta, pois as capacidades, uma vez desenvolvidas, podem se expressar numa variedade de comportamentos. O professor, consciente de que condutas diversas podem estar vinculadas ao desenvolvimento de uma mesma capacidade, tem diante de si maiores possibilidades de atender à diversidade de seus alunos.

Os objetivos constituem o ponto de partida para se refletir sobre qual é a formação que se pretende que os alunos obtenham, que a escola deseja proporcionar e tem possibilidades de realizar, sendo, nesse sentido, **pontos de referência que devem orientar a atuação educativa em todas as áreas**, ao longo da escolaridade obrigatória. Devem, portanto, orientar a seleção de conteúdos a serem aprendidos como meio para o desenvolvimento das capacidades e indicar os encaminhamentos didáticos apropriados para que os conteúdos estudados façam sentido para os alunos. Finalmente, devem constituir-se uma referência para a avaliação da atuação pedagógica da escola.

CONTEÚDOS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem uma mudança de enfoque em relação aos conteúdos curriculares: **ao invés de um ensino em que o conteúdo seja visto como fim em si mesmo, o que se propõe é um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.**

Nesta proposta, **os conteúdos e o tratamento que a eles deve ser dado assumem papel central, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola são operacionalizados**, ou seja, manifestados em ações pedagógicas. No entanto, não se trata de compreendê-los da forma como são comumente aceitos pela tradição escolar. O projeto educacional expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais demanda uma reflexão sobre a seleção de conteúdos, como também exige uma ressignificação, em que a noção de conteúdo escolar se amplia para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes. Ao tomar como objeto de aprendizagem escolar conteúdos de diferentes naturezas, reafirma-se a responsabilidade da escola com a formação ampla do aluno e a necessidade de intervenções conscientes e planejadas nessa direção.

Dada a diversidade existente no País, é natural e desejável que ocorram alterações no quadro proposto. A definição dos conteúdos a serem tratados deve considerar o desenvolvimento de capacidades adequadas às características sociais, culturais e econômicas particulares de cada localidade. Assim, a definição de conteúdos nos Parâmetros Curriculares Nacionais é uma referência suficientemente aberta para técnicos e professores analisarem, refletirem e tomarem decisões, resultando em ampliações ou reduções de certos aspectos, em função das necessidades de aprendizagem de seus alunos.



Os conteúdos são abordados em três grandes categorias (dimensões):

- **conteúdos conceituais**, que envolvem fatos e princípios;
- **conteúdos procedimentais** e
- **conteúdos atitudinais**, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.

Conteúdos conceituais

Referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem organizar a realidade. A aprendizagem de conceitos se dá por aproximações sucessivas. Para aprender sobre digestão, subtração ou qualquer outro objeto de conhecimento, o aluno precisa adquirir informações, vivenciar situações em que esses conceitos estejam em jogo, para poder construir generalizações parciais que, ao longo de suas experiências, possibilitarão atingir conceitualizações cada vez mais abrangentes; estas o levarão à compreensão de princípios, ou seja, conceitos de maior nível de abstração, como o princípio da igualdade na matemática, o princípio da conservação nas ciências, etc.

A aprendizagem de conceitos permite organizar a realidade, mas só é possível a partir da aprendizagem de conteúdos referentes a fatos (nomes, imagens, representações), que ocorre, num primeiro momento, de maneira eminentemente mnemônica. **A memorização não deve ser entendida como processo mecânico**, mas antes como recurso que torna o aluno capaz de representar informações de maneira genérica — memória significativa — para poder relacioná-las com outros conteúdos.

Conteúdos Procedimentais

Os procedimentos expressam um **saber fazer**, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. Assim, os conteúdos procedimentais sempre estão presentes nos projetos de ensino, pois uma pesquisa, um experimento, um resumo, uma maquete, são proposições de ações presentes nas salas de aula.

No entanto, conteúdos procedimentais são abordados muitas vezes de maneira equivocada, não sendo tratados como objeto de ensino, que necessitam de intervenção direta do professor para serem de fato aprendidos.

O aprendizado de procedimentos é, por vezes, considerado como algo espontâneo, dependente das habilidades individuais. Ensinam-se procedimentos acreditando estar-se ensinando conceitos; a realização de um procedimento adequado passa, então, a ser interpretada como o aprendizado do conceito.



O exemplo mais evidente dessa abordagem ocorre no ensino das operações: o fato de uma criança saber resolver contas de adição não necessariamente corresponde à compreensão do conceito de adição.

Conteúdos Atitudinais

Os conteúdos atitudinais permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade. A não-compreensão de atitudes, valores e normas como conteúdos escolares faz com estes sejam comunicados sobretudo de forma inadvertida — acabam por ser aprendidos sem que haja uma deliberação clara sobre esse ensinamento.

Por isso, é imprescindível adotar uma posição crítica em relação aos valores que a escola transmite explícita e implicitamente mediante atitudes cotidianas. A consideração positiva de certos fatos ou personagens históricos em detrimento de outros é um posicionamento de valor, o que contradiz a pretensa neutralidade que caracteriza a apresentação escolar do saber científico.

Ensinar e aprender atitudes requer um posicionamento claro e consciente sobre o que e como se ensina na escola. Esse posicionamento só pode ocorrer a partir do estabelecimento das intenções do projeto educativo da escola, para que se possam adequar e selecionar conteúdos básicos, necessários e recorrentes.



Questão 17: 2016/FUNDEP/Pref Uberaba/Coord Ped

Analise as seguintes afirmativas sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () Configuram um modelo curricular homogêneo e fechado, para a organização do sistema educacional do país.
- () A orientação proposta nos PCNs admite a importância da participação construtiva do aluno e da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que possibilitem o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo.
- () Os conteúdos são vistos como um meio para o desenvolvimento amplo do aluno e para a sua formação como cidadão.
- () Os PCNs propõem um ensino em que o conteúdo seja visto como fim em si mesmo.



Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F V F
- b) F V F V
- c) V F F V
- d) F V V F

Comentários:

() Configuram um modelo curricular ~~homogêneo e fechado~~, para a organização do sistema educacional do país. (Errado)

() A orientação proposta nos PCNs admite a importância da participação construtiva do aluno e da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que possibilitem o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. (Certo)

() Os conteúdos são vistos como um meio para o desenvolvimento amplo do aluno e para a sua formação como cidadão. (Certo)

() Os PCNs propõem um ensino em que o conteúdo seja visto como ~~fim em si mesmo~~. (Errado)

Gabarito é a letra D.

Questão 18: 2016/IDECAN/Pref Leopoldina/PEB III Inglês

Os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social. Esta perspectiva, incorporada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi proposta pelo MEC e, ainda, encontra-se em vigor neste país. Neste documento, os conteúdos são abordados em três grandes categorias:

- a) Conteúdos conceituais, que envolvem valores e atitudes; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de procedimentos e valores.
- b) Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.
- c) Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e normas; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, princípios e atitudes.



d) Conteúdos conceituais, que envolvem conhecimento acumulado; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.

Comentários:

Os conteúdos são abordados em três grandes categorias:

- Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios;
- conteúdos procedimentais; e
- conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.

Gabarito é a letra B.

AValiação

A concepção de **avaliação** dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional.

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, **é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica**. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada.

Portanto, **a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas**, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.



A AVALIAÇÃO para:



O acompanhamento e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem na escola incluem, necessariamente, uma avaliação inicial, para o planejamento do professor, e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho.

A **avaliação investigativa inicial** instrumentalizará o professor para que possa pôr em prática seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos. **Esse é o momento em que o professor vai se informar sobre o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo** para, a partir daí, estruturar sua programação, definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados.

A avaliação inicial serve para o professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos, assim como para o aluno tomar consciência do que já sabe e do que pode ainda aprender sobre um determinado conjunto de conteúdos. É importante que ocorra uma avaliação no início do ano; o fato de o aluno estar iniciando uma série não é informação suficiente para que o professor saiba sobre suas necessidades de aprendizagem. Mesmo que o professor acompanhe a classe de um ano para o outro, e tenha registros detalhados sobre o desempenho dos alunos no ano anterior, **não se exclui essa investigação inicial**, pois os alunos não deixam de aprender durante as férias e muita coisa pode ser alterada no intervalo dos períodos letivos. Mas essas avaliações não devem ser aplicadas exclusivamente nos inícios de ano ou de semestre; são pertinentes sempre que o professor propuser novos conteúdos ou novas sequências de situações didáticas.



A avaliação, apesar de ser responsabilidade do professor, **não deve ser considerada função exclusiva dele. Delegá-la aos alunos**, em determinados momentos, é uma condição didática necessária para que construam instrumentos de autorregulação para as diferentes aprendizagens. A autoavaliação é uma situação de aprendizagem em que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar. Além da autoavaliação ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez que esta só poderá ser construída com a coordenação dos diferentes pontos de vista tanto do aluno quanto do professor.



Questão 19: 2017/IBFC/SEDUC MT/PEB Educação Física

Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram que a avaliação no ensino fundamental é: Assinale a alternativa CORRETA.

- a) consideram que a avaliação é desnecessária pois o fato de o aluno praticar as atividades já é o suficiente
- b) consideram que a avaliação é a única maneira de castigar os alunos que não participam das aulas
- c) consideram que a avaliação é útil, principalmente para o professor estimular o aluno a participar das atividades
- d) consideram que a avaliação deva ser de utilidade tanto para o aluno como para o professor, para que ambos possam dimensionar os avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem e torná-lo cada vez mais produtivo
- e) consideram que a avaliação é importante somente para que o aluno possa se avaliar, pois a partir desta avaliação é possível que melhore seu desempenho nas aulas

Comentários:

A avaliação no ensino fundamental deva ser de utilidade tanto para o aluno como para o professor, para que ambos possam dimensionar os avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem e torná-lo cada vez mais produtivo. Gabarito é a letra D.



Questão 20: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Educacional/2016

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue o item subsecutivo.

A avaliação é um processo de controle externo em que notas ou conceitos são atribuídos aos alunos para que estes possam monitorar seu desempenho.

() Certo () Errado

Comentários:

A avaliação não se resume a um processo de controle externo em que notas ou conceitos são atribuídos aos alunos para que estes possam monitorar seu desempenho (visão tradicional). A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Gabarito é ERRADO.

Questão 21: 2016/FGV/Pref Paulínia/Dir UE

Com relação ao processo avaliativo dos alunos, segundo os Parâmetros Nacionais Curriculares, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avaliação do conhecimento é um momento pontual e estático.
- II. A avaliação da aprendizagem deve abranger o desempenho do aluno, a atuação do professor e a metodologia utilizada.
- III. O professor é o responsável exclusivo do processo de avaliação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.



Comentários:

A avaliação é um processo contínuo e dinâmico (Item I errado) e o professor, juntamente com a escola e com o próprio aluno são responsáveis pelo processo avaliativo (item III errado). Gabarito é a letra B.

Critérios de avaliação

Avaliar significa emitir um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas consequências. Portanto, a atividade de avaliação **exige critérios claros** que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados.

No caso da avaliação escolar, é necessário que se estabeleçam expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino, que devem se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho das aprendizagens. Do contraste entre os critérios de avaliação e os indicadores expressos na produção dos alunos surgirá o juízo de valor, que se constitui a essência da avaliação.

Os critérios de avaliação têm um papel importante, pois explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social. Os critérios de avaliação apontam as experiências educativas a que os alunos devem ter acesso e são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização. Nesse sentido, os critérios de avaliação devem refletir de forma equilibrada os diferentes tipos de capacidades e as três dimensões de conteúdos, e servir para encaminhar a programação e as atividades de ensino e aprendizagem.

As avaliações oficiais: boletins e diplomas

Um outro lado na questão da avaliação é o aspecto normativo do sistema de ensino que diz respeito ao controle social. À escola é socialmente delegada a tarefa de promover o ensino e a aprendizagem de determinados conteúdos e contribuir de maneira efetiva na formação de seus cidadãos; por isso, a escola deve responder à sociedade por essa responsabilidade.

Para tal, estabelece uma série de instrumentos para registro e documentação da avaliação e cria os atestados oficiais de aproveitamento. Assim, as notas, conceitos, boletins, recuperações,



aprovações, reprovações, diplomas, etc., fazem parte das decisões que o professor deve tomar em seu dia-a-dia para responder à necessidade de um testemunho oficial e social do aproveitamento do aluno. O professor pode aproveitar os momentos de avaliação bimestral ou semestral, quando precisa dar notas ou conceitos, para sistematizar os procedimentos que selecionou para o processo de avaliação, em função das necessidades psicopedagógicas.

É importante ressaltar a **diferença que existe entre a comunicação da avaliação e a qualificação**. Uma coisa é a necessidade de **comunicar o que se observou na avaliação, isto é, o retorno que o professor dá aos alunos e aos pais do que pôde observar sobre o processo de aprendizagem**, incluindo também o diálogo entre a sua avaliação e a autoavaliação realizada pelo aluno. Outra coisa é a **qualificação que se extrai dela, e se expressa em notas ou conceitos, histórico escolar, boletins, diplomas, e cumprem uma função social**.

Se a comunicação da avaliação estiver pautada apenas em qualificações, pouco poderá contribuir para o avanço significativo das aprendizagens; mas, se as notas não forem o único canal que o professor oferece de comunicação sobre a avaliação, podem constituir-se uma referência importante, uma vez que já se instituem como representação social do aproveitamento escolar.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

A conquista dos objetivos propostos para o ensino depende de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo. Nessa medida, os Parâmetros Curriculares Nacionais incluem orientações didáticas, que são subsídios à reflexão sobre como ensinar.

Para cada tema e área de conhecimento corresponde um conjunto de orientações didáticas de caráter mais abrangente — **orientações didáticas gerais** — que indicam como a concepção de ensino proposta se estabelece no tratamento da área. Para cada bloco de conteúdo correspondem **orientações didáticas específicas**, que expressam como determinados conteúdos podem ser tratados.

Assim, as orientações didáticas permeiam as explicitações sobre o ensinar e o aprender, bem como as explicações dos blocos de conteúdos ou temas, uma vez que a opção de recorte de conteúdos para uma situação de ensino e aprendizagem é também determinada pelo enfoque didático da área.

No entanto, há determinadas considerações a fazer a respeito do trabalho em sala de aula, que extravasam as fronteiras de um tema ou área de conhecimento. Estas considerações evidenciam que o ensino não pode estar limitado ao estabelecimento de um padrão de intervenção homogêneo e idêntico para todos os alunos. A prática educativa é bastante complexa, pois o contexto de sala de aula traz questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal.



A dinâmica dos acontecimentos em uma sala de aula é tal que mesmo uma aula planejada, detalhada e consistente dificilmente ocorre conforme o imaginado: olhares, tons de voz, manifestações de afeto ou desafeto e diversas outras variáveis interferem diretamente na dinâmica prevista. No texto que se segue, são apontados alguns tópicos sobre didática considerados essenciais pela maioria dos profissionais em educação:

- *autonomia;*
- *diversidade;*
- *interação e cooperação;*
- *disponibilidade para a aprendizagem;*
- *organização do tempo;*
- *organização do espaço; e*
- *seleção de material.*

AUTONOMIA

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais a autonomia é tomada ao mesmo tempo como capacidade a ser desenvolvida pelos alunos e como princípio didático geral, orientador das práticas pedagógicas.

A **autonomia**, como princípio didático geral proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é uma opção metodológica que considera a atuação do aluno **na construção de seus próprios conhecimentos**, valoriza suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor-aluno e aluno-aluno, buscando essencialmente a passagem progressiva de **situações em que o aluno é dirigido por outrem** para **situações dirigidas pelo próprio aluno**.



Questão 22: 2016/CESPE/TCE-PA/Aud CE Educacional

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue o item subsequente.

A autonomia, como princípio didático geral que orienta as práticas pedagógicas, contribui para a construção, pelos alunos, dos conhecimentos relativos aos aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos de suas vidas.

() Certo () Errado



Comentários:

Exato. Gabarito é CERTO.

DIVERSIDADE

As **adaptações curriculares** previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender **a diversidade existente no País**.

Essas adaptações, porém, não dão conta da diversidade no plano dos indivíduos em uma sala de aula. Para corresponder aos propósitos explicitados nestes parâmetros, a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

Atender necessidades singulares de determinados alunos é estar atento à diversidade: **é atribuição do professor considerar a especificidade do indivíduo, analisar suas possibilidades de aprendizagem e avaliar a eficácia das medidas adotadas.**

A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do aluno para aprendizagem em um determinado momento.

INTERAÇÃO E COOPERAÇÃO

Um dos objetivos da educação escolar é que os alunos aprendam a assumir a palavra enunciada e a **conviver em grupo de maneira produtiva e cooperativa**. Dessa forma, são fundamentais as situações em que possam aprender a dialogar, a ouvir o outro e ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa conjunta, etc.

É essencial aprender procedimentos dessa natureza e valorizá-los como forma de convívio escolar e social. Trabalhar em grupo de maneira cooperativa é sempre uma tarefa difícil, mesmo para adultos convencidos de sua necessidade.

A criação de um clima favorável a esse aprendizado depende do compromisso do professor em aceitar contribuições dos alunos (respeitando-as, mesmo quando apresentadas de forma confusa ou incorreta) e em favorecer o respeito, por parte do grupo, assegurando a participação de todos os alunos.



Assim, a organização de atividades que favoreçam a fala e a escrita como meios de reorganização e reconstrução das experiências compartilhadas pelos alunos ocupa papel de destaque no trabalho em sala de aula.

A comunicação propiciada nas atividades em grupo levará os alunos a perceberem a necessidade de dialogar, resolver mal-entendidos, ressaltar diferenças e semelhanças, explicar e exemplificar, apropriando-se de conhecimentos. O estabelecimento de condições adequadas para a interação **não pode estar pautado somente em questões cognitivas**. Os aspectos emocionais e afetivos são tão relevantes quanto os cognitivos, principalmente para os alunos prejudicados por fracassos escolares ou que não estejam interessados no que a escola pode oferecer.

A afetividade, o grau de aceitação ou rejeição, a competitividade e o ritmo de produção estabelecidos em um grupo interferem diretamente na produção do trabalho. A participação de um aluno muitas vezes varia em função do grupo em que está inserido.

Em síntese, a disponibilidade cognitiva e emocional dos alunos para a aprendizagem é fator essencial para que haja uma interação cooperativa, sem depreciação do colega por sua eventual falta de informação ou incompreensão. Aprender a conviver em grupo supõe um domínio progressivo de procedimentos, valores, normas e atitudes.

A organização dos alunos em grupos de trabalho influencia o processo de ensino e aprendizagem, e pode ser otimizada quando o professor interfere na organização dos grupos. Organizar por ordem alfabética ou por idade não é a mesma coisa que organizar por gênero ou por capacidades específicas; por isso é importante que o professor discuta e decida os critérios de agrupamento dos alunos. Por exemplo: desempenho diferenciado ou próximo, equilíbrio entre meninos e meninas, afinidades para o trabalho e afetividade, possibilidade de cooperação, ritmo de trabalho, etc.

Não existe critério melhor ou pior de organização de grupos para uma atividade. É necessário que o professor decida a forma de organização social em cada tipo de atividade, em cada momento do processo de ensino e aprendizagem, em função daqueles alunos específicos. Agrupamentos adequados, que levem em conta a diversidade dos alunos, tornam-se eficazes na individualização do ensino.

Nas escolas multisseriadas, as decisões sobre agrupamentos adquirem especial relevância. É possível reunir grupos que não sejam estruturados por série e sim por objetivos, em que a diferenciação se dê pela exigência adequada ao desempenho de cada um. O convívio escolar pretendido depende do estabelecimento de regras e normas de funcionamento e de comportamento que sejam coerentes com os objetivos definidos no projeto educativo. A comunicação clara dessas normas possibilita a compreensão pelos alunos das atitudes de disciplina demonstradas pelos professores dentro e fora da classe.



DISPONIBILIDADE PARA A APRENDIZAGEM

Para que uma aprendizagem significativa possa acontecer, é necessária a disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o empenho em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo, em usar os instrumentos adequados que conhece e dispõe para alcançar a maior compreensão possível. Essa aprendizagem exige uma ousadia para se colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos, de maneira totalmente diferente da aprendizagem mecânica, na qual o aluno limita seu esforço apenas em memorizar ou estabelecer relações diretas e superficiais.

A aprendizagem significativa depende de uma motivação intrínseca, isto é, o aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender. Aquele que estuda apenas para passar de ano, ou para tirar notas, não terá motivos suficientes para empenhar-se em profundidade na aprendizagem.

A disposição para a aprendizagem não depende exclusivamente do aluno, demanda que a prática didática garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça.

Primeiramente, a expectativa que o professor tem do tipo de aprendizagem de seus alunos fica definida no contrato didático estabelecido. Se o professor espera uma atitude curiosa e investigativa, deve propor prioritariamente atividades que exijam essa postura, e não a passividade. Deve valorizar o processo e a qualidade, e não apenas a rapidez na realização. Deve esperar estratégias criativas e originais e não a mesma resposta de todos.

A intervenção do professor precisa, então, garantir que o aluno conheça o objetivo da atividade, situe-se em relação à tarefa, reconheça os problemas que a situação apresenta, e seja capaz de resolvê-los. Para tal, é necessário que o professor proponha situações didáticas com objetivos e determinações claros, para que os alunos possam tomar decisões pensadas sobre o encaminhamento de seu trabalho, além de selecionar e tratar ajustadamente os conteúdos.

A complexidade da atividade também interfere no envolvimento do aluno. Um nível de complexidade muito elevado, ou muito baixo, não contribui para a reflexão e o debate, situação que indica a participação ativa e compromissada do aluno no processo de aprendizagem. As atividades propostas precisam garantir organização e ajuste às reais possibilidades dos alunos, de forma que cada uma não seja nem muito difícil nem demasiado fácil. Os alunos devem poder realizá-la numa situação desafiadora.

Nesse enfoque de abordagem profunda da aprendizagem, o tempo reservado para a atuação dos alunos é determinante. Se a exigência é de rapidez, a saída mais comum é estudar de forma superficial. O professor precisa buscar um equilíbrio entre as necessidades da aprendizagem e o exíguo tempo escolar, coordenando-o para cada proposta que encaminha.

Outro fator que interfere na disponibilidade do aluno para a aprendizagem é a unidade entre escola, sociedade e cultura, o que exige trabalho com objetos socioculturais do cotidiano extraescolar, como, por exemplo, jornais, revistas, filmes, instrumentos de medida, etc., sem esvaziá-los de



significado, ou seja, sem que percam sua função social real, contribuindo, assim, para imprimir sentido às atividades escolares.

Mas isso tudo não basta. Mesmo garantindo todas essas condições, pode acontecer que a **ansiedade** presente na situação de aprendizagem se torne muito intensa e impeça uma atitude favorável.

A ansiedade pode estar ligada ao medo de fracasso, desencadeado pelo sentimento de incapacidade para realização da tarefa ou de insegurança em relação à ajuda que pode ou não receber de seu professor, ou de seus colegas, e consolidar um bloqueio para aprender. Quando o sujeito está aprendendo, se envolve inteiramente. O processo, assim como seu resultado, repercute de forma global.

Assim, o aluno, ao desenvolver as atividades escolares, aprende não só sobre o conteúdo em questão mas também sobre o modo como aprende, construindo uma imagem de si como estudante.

Essa autoimagem é também influenciada pelas representações que o professor e seus colegas fazem dele e, de uma forma ou outra, são explicitadas nas relações interpessoais do convívio escolar. Falta de respeito e forte competitividade, se estabelecidas na classe, podem reforçar os sentimentos de incompetência de certos alunos e contribuir de forma efetiva para consolidar o seu fracasso.

O aluno com um autoconceito negativo, que se considera fracassado na escola, ou admite que a culpa é sua e se convence de que é um incapaz, ou vai buscar ao seu redor outros culpados: o professor é chato, as lições não servem para nada. Acaba por desenvolver comportamentos problemáticos e de indisciplina.

Aprender é uma tarefa árdua, na qual se convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido. Para o sucesso da empreitada, é fundamental que exista uma relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno, de maneira que a situação escolar possa dar conta de todas as questões de ordem afetiva.

Mas isso não fica garantido apenas e exclusivamente pelas ações do professor, embora sejam fundamentais dada a autoridade que ele representa, mas também deve ser conseguido nas relações entre os alunos.

O trabalho educacional inclui as intervenções para que os alunos aprendam a respeitar diferenças, a estabelecer vínculos de confiança e uma prática cooperativa e solidária. Em geral, os alunos buscam corresponder às expectativas de aprendizagem significativa, desde que haja um clima favorável de trabalho, no qual a avaliação e a observação do caminho por eles percorrido seja, de fato, instrumento de autorregulação do processo de ensino e aprendizagem. Quando não se instaura na classe um clima favorável de confiança, compromisso e responsabilidade, os encaminhamentos do professor ficam comprometidos.



ORGANIZAÇÃO DO TEMPO

A consideração do **tempo** como variável que interfere na construção da autonomia permite ao professor criar situações em que o aluno possa progressivamente controlar a realização de suas atividades. Por meio de erros e acertos, o aluno toma consciência de suas possibilidades e constrói mecanismos de autorregulação que possibilitam decidir como alocar seu tempo.

Por essa razão, são importantes as atividades em que o professor seja somente um **orientador do trabalho**, cabendo aos alunos o planejamento e a execução, o que os levará a decidir e a vivenciar o resultado de suas decisões sobre o uso do tempo.

Delegar esse controle não quer dizer, de modo algum, que os alunos devam arbitrar livremente a respeito de como e quando atuar na escola. A vivência do controle do tempo pelos alunos se insere dentro de limites criteriosamente estabelecidos pelo professor, que se tornarão menos restritivos à medida que o grupo desenvolva sua autonomia.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Uma sala de aula com **carteiras fixas dificulta o trabalho em grupo**, o diálogo e a cooperação; armários trancados não ajudam a desenvolver a autonomia do aluno, como também não favorecem o aprendizado da preservação do bem coletivo.

A organização do espaço reflete a concepção metodológica adotada pelo professor e pela escola. Em um espaço que expresse o trabalho proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais é preciso que as **carteiras sejam móveis**, que as crianças tenham acesso aos materiais de uso frequente, as paredes sejam utilizadas para exposição de trabalhos individuais ou coletivos, desenhos, murais.

Nessa organização é preciso considerar a possibilidade de os alunos assumirem a responsabilidade pela decoração, ordem e limpeza da classe. Quando o espaço é tratado dessa maneira, passa a ser objeto de aprendizagem e respeito, o que somente ocorrerá por meio de investimentos sistemáticos ao longo da escolaridade.

É importante salientar que o espaço de aprendizagem não se restringe à escola, sendo necessário propor atividades que ocorram fora dela. A programação deve contar com passeios, excursões, teatro, cinema, visitas a fábricas, marcenarias, padarias, enfim, com as possibilidades existentes em cada local e as necessidades de realização do trabalho escolar.

No dia-a-dia devem-se aproveitar os espaços externos para realizar atividades cotidianas, como ler, contar histórias, fazer desenho de observação, buscar materiais para coleções. Dada a pouca infraestrutura de muitas escolas, é preciso contar com a improvisação de espaços para o desenvolvimento de atividades específicas de laboratório, teatro, artes plásticas, música, esportes, etc.



Concluindo, a utilização e a organização do espaço e do tempo refletem a concepção pedagógica e interferem diretamente na construção da autonomia.

SELEÇÃO DE MATERIAL

Todo material é fonte de informação, **mas nenhum deve ser utilizado com exclusividade**. É importante haver diversidade de materiais para que os conteúdos possam ser tratados da maneira mais ampla possível.

O livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos.

Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento. Materiais de uso social frequente são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar.

A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta.

É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras.

A menção ao uso de computadores, dentro de um amplo leque de materiais, pode parecer descabida perante as reais condições das escolas, pois muitas não têm sequer giz para trabalhar. Sem dúvida essa é uma preocupação que exige posicionamento e investimento em alternativas criativas para que as metas sejam atingidas.



Questão 23: 2016/ FUNDEP/ Pref Uberaba/PEB Ciências

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's – pontuam que, para a conquista dos objetivos propostos, a prática educativa deve ter como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo.



São tópicos sobre didática sinalizados nos PCN's, EXCETO:

- a) Independência do aluno.
- b) Interação e cooperação.
- c) Organização do tempo.
- d) Organização do espaço.

Comentários:

Conforme acabamos de estudar são tópicos sobre didática sinalizados nos PCNs:

- autonomia;
- diversidade;
- interação e cooperação;
- disponibilidade para a aprendizagem;
- organização do tempo;
- organização do espaço; e
- seleção de material.

Portanto a única alternativa que não está incluída na lista acima é a “independência do aluno”.
Gabarito é a letra A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É isso aí pessoal! Chegamos ao fim da nossa aula sobre **Parâmetros Curriculares Nacionais** e espero que tenham gostado! Qualquer dúvida, é só perguntar lá no nosso fórum de dúvidas, ok? E quem quiser me adicionar lá no Instagram (@alonso.prof), fiquem à vontade!



Fiquem com Deus e até a próxima!



LISTA DE QUESTÕES ABORDADAS NA AULA



HORA DE
PRATICAR!

Questão 1: 2017/FAFIPA/ Pref Bandeirantes PR/Prof Bandeirantes - 20 Horas (ADAPTADA)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, é CORRETO afirmar que:

- a) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um documento importante somente para os diretores de escolas particulares.
- b) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para todo o país.
- c) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um planejamento educacional e social para o Ensino Superior de todo o mundo.
- d) Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um padrão de comportamento no Ensino Fundamental em todo o país.

Questão 2: 2016/FUNDEP - PEB (Uberaba)/Pref Uberaba/Professor da Educação Básica (das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil)

Além de conter uma exposição sobre seus fundamentos, os Parâmetros Curriculares Nacionais contêm os diferentes elementos curriculares – tais como Caracterização das Áreas, Objetivos, Organização dos Conteúdos, Critérios de Avaliação e Orientações Didáticas –, efetivando uma proposta articuladora dos propósitos mais gerais de formação de cidadania, com sua operacionalização no processo de aprendizagem.

Destarte, considerando a natureza e a função dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é CORRETO afirmar:

- a) Por sua natureza, os Parâmetros Curriculares Nacionais independem de adaptações para a construção do currículo de uma secretaria ou mesmo de uma escola.
- b) Apesar de apresentar uma estrutura curricular completa, os Parâmetros Curriculares Nacionais são abertos e flexíveis.



c) Também pela sua natureza, os Parâmetros Curriculares Nacionais se impõem como uma diretriz obrigatória.

d) Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão situados historicamente, contudo, sua validade independe de estarem em consonância com a realidade social.

Questão 3: 2018/FCC/CLDF/Con Leg - Educação, Cultura e Desporto

Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no quadro das mudanças provocadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é correto afirmar que os PCNs:

- a) deixam de ser obrigatórios por conflitarem com a Base, sendo substituídos pela BNCC.
- b) tiveram as expectativas de aprendizagem substituídas por direitos de aprendizagem na BNCC.
- c) perderam sua função no momento da edição das Diretrizes Curriculares Nacionais.
- d) não são tornados inválidos pela BNCC, permanecendo documentos orientadores.
- e) foram automaticamente revogados pela Portaria MEC nº 1.570 que aprova a BNCC.

Questão 4: 2016/CONSULTEC/ Pref Ilhéus/Prof Séries Iniciais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país.

Dado esse contexto, é correto afirmar:

- a) Na sociedade democrática, o processo educacional pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação.
- b) Os Parâmetros Curriculares Nacionais estão situados historicamente e, portanto, não necessitam de um processo periódico de avaliação e revisão pelo MEC.
- c) Os Parâmetros Curriculares Nacionais não adotam a proposta de estruturação por ciclos, pelo reconhecimento de que tal proposta não permite distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem.
- d) Por sua natureza aberta, os PCN configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.
- e) O Projeto Político Pedagógico não precisa, necessariamente, estar atrelado aos preceitos dos PCN considerando-se a sua aplicabilidade restrita ao âmbito interno da escola.



Questão 5: 2017/FAFIPA/Pref Bandeirantes/Prof 20 Horas

Sobre a função dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é INCORRETO afirmar que têm por objetivo:

- a) Orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional.
- b) Socializar discussões, pesquisas e recomendações.
- c) Subsidiar a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.
- d) Avaliar o currículo e a postura do profissional da educação escolar para possível contratação.

Questão 6: 2018/VUNESP/ Pref Garça/Prof PEB I

O artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que o objetivo maior do ensino fundamental é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) foram formulados no sentido de organizar o currículo, com vistas à concretização desse objetivo e visando a construção de uma educação

- a) autoritária.
- b) democrática.
- c) popular.
- d) elitista.
- e) domesticadora.



Questão 7: 2012/Marinha/Quadro Técnico - Primeiro Tenente - Pedagogia

A UNESCO publicou, em 1996, o Relatório Jacques Delors, resultado dos trabalhos de uma comissão que, entre 1993 e 1996, dedicou-se a traçar as linhas orientadoras da educação mundial no século XXI. Em 1998, o Relatório Delors, como ficou mais conhecido, foi publicado no Brasil, exercendo influência nas políticas educacionais. De acordo com Saviani (2008), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) seguem a mesma orientação do Relatório Delors, na medida em que atribuem à escola o papel de

- a) promover o desenvolvimento moral dos alunos.
- b) promover o controle social e desenvolvimento moral dos alunos.
- c) ensinar um ofício, preparando o aluno para o mundo do trabalho.
- d) capacitar os alunos a aprender a aprender.
- e) promover o desenvolvimento motor dos alunos.

Questão 8: 2017/FEPESE/ Pref Tijucas

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto nos objetivos educacionais que propõem quanto na conceitualização do significado das áreas de ensino e dos temas da vida social contemporânea que devem permeá-las, adotam como eixo:

- a) A meritocracia escolar.
- b) O desenvolvimento faseológico do aluno.
- c) O desenvolvimento de capacidades do aluno.
- d) A constituição de grupos homogêneos.
- e) A maturação biológica do aluno.

Questão 9: 2016/FUNDEP/Pref Uberaba/Professor da Educação Básica (das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil)

Na perspectiva dos Princípios e Fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação Básica tem a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.

Considerando os fatores necessários, no processo de ensino e aprendizagem, para que tais condições se estabeleçam, assinale V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas.

() É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a exclusão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.



- () É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento.
- () É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade.
- () É necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, seja explorada uma dinâmica de ensino que favoreça o descobrimento das potencialidades, sobretudo do trabalho individual.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F F V
- b) F V F V
- c) V V F V
- d) F V V F

Questão 10: 2017/FEPESE/ Pref Tijuca/Monitor de Creches/2017

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

- () Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular.
- () Os PCNs são uma referência nacional para o ensino fundamental.
- () Eles estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional.
- () Os PCNs têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogar com as propostas e experiências já existentes, incentivar a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V • V • V • V
- b) V • V • V • F
- c) V • V • F • F
- d) F • V • V • V
- e) F • V • V • F



Questão 11: 2017/FAFIPA/Pref Bandeirantes/ Prof 20 Horas

Em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais, uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor, com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida é passível de ser totalmente programada em detalhes. A supervalorização da tecnologia programada de ensino trouxe consequências e, nessa perspectiva, o professor não é valorizado, mas sim a tecnologia. A função do aluno é reduzida a um indivíduo que reage aos estímulos de forma a corresponder às respostas esperadas pela escola, para ter êxito e avançar. Essas características fazem parte de qual tendência pedagógica?

- a) Tendência pedagógica renovada.
- b) Tendência pedagógica crítica.
- c) Tendência pedagógica tecnicista.
- d) Tendência pedagógica libertadora.

Questão 12: 2009/Aeronáutica/Primeiro Tenente - Pedagogia

Informe se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma abaixo e a seguir, assinale a opção com a sequência correta.

De acordo com os PCNs:

- () Há uma profunda estratificação social na realidade brasileira e uma injusta distribuição de renda.
 - () O domínio da língua falada e escrita e os princípios da reflexão matemática, são alguns dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social.
 - () É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social.
 - () Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.
- a) V – V – V – F.
 - b) V – F – F – V.
 - c) F – V – V – F.
 - d) V – V – V – V.



Questão 13: 2017/CESPE/Pref SL/Prof 1º ao 5º ano

No que se refere à organização curricular dos anos iniciais do ensino fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

- a) propõem a eliminação da cultura de reprovação nas escolas que assumirem a perspectiva de ciclos.
- b) orientam a implantação de ciclos em todas as escolas brasileiras desde o final dos anos 90 do século passado.
- c) dispõem que sejam destinados mais recursos financeiros às escolas que adotarem a perspectiva de ciclos.
- d) exigem das escolas que aderirem à organização curricular em ciclos mudanças em seus procedimentos metodológicos.
- e) fixam a proposta de avaliação de aprendizagem das escolas que adotarem a proposta de ciclos.

Questão 14: 2018/ IESES/ Pref Palhoça/Prof Nível Médio Artes

Começou a ser abordada no Brasil a partir da Lei Nº 5.692/71. Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se tornado mais presente e, recentemente, mais ainda, com a nova Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96 e com os Parâmetros. Além da sua grande influência na legislação e nas propostas curriculares, o termo tornou-se cada vez mais presente no discurso e na prática de professores.

Oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento, em busca do ser como pessoa integral. Visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

Nos referimos a:

- a) Sustentabilidade.
- b) Igualdade de Gênero.
- c) Temas Transversais.
- d) Interdisciplinaridade.



Questão 15: 2017/FGV/MPE BA/Pedagogia

Em uma reunião Pedagógica, Alessandra, diretora da escola, comunica aos professores que há um surto de Doença de Chagas na região.

Avisa, então, aos professores, que o trabalho com os seus alunos sobre o tema é, como prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), obrigatório e interdisciplinar, e deve ser incluído nos temas transversais, especificamente em Meio Ambiente, Saúde e Temas Locais.

À luz dos PCNs, NÃO há:

- a) nos Parâmetros Curriculares Nacionais o tema transversal denominado “Temas Locais”, portanto, o assunto será trabalhado somente em Meio Ambiente e Saúde;
- b) previsão de interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares Nacionais, portanto os professores podem trabalhar os temas individualmente;
- c) previsão nos Parâmetros Curriculares Nacionais para este tipo de temática, devendo ele, portanto, ser trabalhado pela professora de ciências;
- d) obrigatoriedade de implementação das diretrizes contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo assim, a escola possui autonomia para trabalhar ou não o tema da forma que melhor lhe convier;
- e) possibilidade de discussão democrática em torno da temática, em virtude da obrigatoriedade prevista nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Questão 16: 2016/CESPE/TCE-PA/Aud Educacional

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue o item subsequente.

A proposta de temas transversais deve se inserir na grade curricular comum por meio da criação de disciplinas específicas voltadas a atender as demandas da sociedade contemporânea, sobretudo as metas educativas relativas à formação da cidadania.

() Certo () Errado

Questão 17: 2016/FUNDEP/Pref Uberaba/Coord Ped

Analise as seguintes afirmativas sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.



- () Configuram um modelo curricular homogêneo e fechado, para a organização do sistema educacional do país.
- () A orientação proposta nos PCNs admite a importância da participação construtiva do aluno e da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que possibilitem o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo.
- () Os conteúdos são vistos como um meio para o desenvolvimento amplo do aluno e para a sua formação como cidadão.
- () Os PCNs propõem um ensino em que o conteúdo seja visto como fim em si mesmo.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F V F
b) F V F V
c) V F F V
d) F V V F

Questão 18: 2016/IDECAN/Pref Leopoldina/PEB III Inglês

Os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social. Esta perspectiva, incorporada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi proposta pelo MEC e, ainda, encontra-se em vigor neste país. Neste documento, os conteúdos são abordados em três grandes categorias:

- a) Conteúdos conceituais, que envolvem valores e atitudes; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de procedimentos e valores.
- b) Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.
- c) Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e normas; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, princípios e atitudes.
- d) Conteúdos conceituais, que envolvem conhecimento acumulado; conteúdos procedimentais; e, conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.



Questão 19: 2017/IBFC/SEDUC MT/PEB Educação Física

Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram que a avaliação no ensino fundamental é: Assinale a alternativa CORRETA.

- a) consideram que a avaliação é desnecessária pois o fato de o aluno praticar as atividades já é o suficiente
- b) consideram que a avaliação é a única maneira de castigar os alunos que não participam das aulas
- c) consideram que a avaliação é útil, principalmente para o professor estimular o aluno a participar das atividades
- d) consideram que a avaliação deva ser de utilidade tanto para o aluno como para o professor, para que ambos possam dimensionar os avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem e torná-lo cada vez mais produtivo
- e) consideram que a avaliação é importante somente para que o aluno possa se avaliar, pois a partir desta avaliação é possível que melhore seu desempenho nas aulas

Questão 20: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Educacional/2016

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue o item subsecutivo.

A avaliação é um processo de controle externo em que notas ou conceitos são atribuídos aos alunos para que estes possam monitorar seu desempenho.

() Certo () Errado

Questão 21: 2016/FGV/Pref Paulínia/Dir UE

Com relação ao processo avaliativo dos alunos, segundo os Parâmetros Nacionais Curriculares, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avaliação do conhecimento é um momento pontual e estático.
- II. A avaliação da aprendizagem deve abranger o desempenho do aluno, a atuação do professor e a metodologia utilizada.
- III. O professor é o responsável exclusivo do processo de avaliação.



Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 22: 2016/CESPE/TCE-PA/Aud CE Educacional

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue o item subsecutivo.

A autonomia, como princípio didático geral que orienta as práticas pedagógicas, contribui para a construção, pelos alunos, dos conhecimentos relativos aos aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos de suas vidas.

() Certo () Errado

Questão 23: 2016/ FUNDEP/ Pref Uberaba/PEB Ciências

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s – pontuam que, para a conquista dos objetivos propostos, a prática educativa deve ter como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo.

São tópicos sobre didática sinalizados nos PCN’s, EXCETO:

- a) Independência do aluno.
- b) Interação e cooperação.
- c) Organização do tempo.
- d) Organização do espaço.



GABARITO

1	B	11	C	21	B
2	B	12	D	22	CERTO
3	D	13	B	23	A
4	D	14	C		
5	D	15	D		
6	B	16	ERRADO		
7	D	17	D		
8	C	18	B		
9	D	19	D		
10	A	20	ERRADO		



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.